



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO DE ADMINISTRATIVO DE "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENTES OPERACIONAIS - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO MUNICIPAIS / SETEMBRO DE 2015 A JUNHO DE 2016" ADJUDICADO À SOCIEDADE POR QUOTAS CINEDUCA LDA, DE CINFÃES [PF 174/2015] -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **7 de outubro de 2015**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa coletiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com o seu despacho de 17 de setembro de 2015, que autorizou a celebração do contrato, como primeiro outorgante; e -----

Fernando Alberto Ferreira Mendes, titular do Cartão de Cidadão n.º 11724969, natural da freguesia e concelho de Cinfães, residente na Rua S. Martinho, nº 40, 1º esqº, Penafiel, que outorga na qualidade de **sócio-gerente**, em representação da sociedade comercial por quotas, que usa a firma **CINEDUCA, LDA**, com sede na Rua Major Monteiro Leite, nº 52, 1º Dtº, Cinfães, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cinfães, com o número único de matrícula e de identificação fiscal **508 762 286**, com o capital social de 5.001 €, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respetivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal de **17 de Setembro de 2015**, adjudicou, por Concurso Público, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 148º, do

Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada do segundo outorgante, a **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENTES OPERACIONAIS – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO MUNICIPAIS / SETEMBRO DE 2015 A JUNHO DE 2016”**. -----

Pelo referido Despacho a Presidência da Câmara aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos. -

Segunda: 1 - O valor da adjudicação dos serviços objeto do presente contrato é de € 115.989,57 (Cento e quinze mil novecentos e oitenta e nove euros e cinquenta e sete cêntimos), mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

2 - Tendo em conta o contrato de aquisição de serviços vigente em 2014 com idêntico objecto, o presente contrato está sujeito à redução remuneratória de 8% prevista no disposto no n.º 1 do artigo 2.º, e no artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, para efeitos de aplicação no disposto no artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro, nos seguintes termos: -----

- Valor do contrato celebrado em 29/09/2014 - € 68.404,71/16 assistentes/120 dias = €35,63/dia/assistente; -----

- Redução a aplicar ao presente contrato: € 35,63 - 8% = € 32,78/dia/assistente;

- Valor do presente contrato com a redução: € 32,78 x 11 assistentes x 303 dias = € 109.255,74 [redução = € 6.733,83]; -----

3. Tendo em conta a redução remuneratória aplicada e o prazo de execução do presente contrato, previsto na cláusula seguinte, o preço contratual passa a ser de € 98.798,92 (noventa e oito mil setecentos e noventa e oito euros e noventa e dois cêntimos). -----

Terceira: O presente contrato de prestação de serviços vigora entre 1 de outubro de 2015 e 30 de junho de 2016, num total de 274 dias. -----

Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de aquisição de serviços será efetuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente fatura. -----

Quinta: Os encargos resultantes deste contrato serão satisfeitos pela rubrica orçamental seguinte, na qual têm cabimento adequado: -----

- Classificação orgânica - Capítulo 02 – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação Económica – Agrupamento 02 – Aquisição de Bens e serviços; Subagrupamento 02 – Aquisição de serviços; Rubrica 25 – Outros serviços; Alínea 99 - Outros. -----

Sexta: O presente contrato foi objeto de parecer prévio vinculativo favorável da Câmara Municipal, de 24 de agosto de 2015, nos termos do disposto nos nºs 5, 6 e 12 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2015). -----

Sétima: 1 - A assunção de compromissos plurianuais relativos ao presente contrato foi precedida de autorização genérica da Assembleia Municipal, conferida na sessão ordinária realizada em 19 de Dezembro de 2014, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromisso e dos Pagamentos em Atraso). -----

2 - Os referidos compromissos serão repartidos em conformidade com o preço contratual e tendo em conta o prazo de execução do contrato, da seguinte forma: -----

- No ano de 2015 – € 50.382,00; -----

- No ano de 2016 – € 92.286,35,00. -----

Oitava: O presente contrato não está sujeito a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 145º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Nona: 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos;** -----

d) **A proposta adjudicada.** -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

Décima: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

Décima Primeira: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Décima Segunda: **O segundo outorgante declara aceitar,** para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Terceira: Que se obriga a realizar os serviços adjudicados dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **04-09-2015**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Cinfães, em **04-09-2015**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 2463-8652-7856, subscrita em 19-07-2009 e válida até **03-10-2015**, com os elementos respeitantes à matrícula da

referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para este ato; d) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; e) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim, Sotir Oes Soares Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----

[Assinatura]
Kimando Alberto Almeida Gomes
Sotir Oes Soares

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **133/029/2015**, de 24/09/2015.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **36/2015**